

Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil

Rosana Heringer¹

O artigo tem como objetivo destacar os principais avanços e desafios colocados pela implantação das políticas de ação afirmativa no Brasil, particularmente no que se refere ao acesso à educação superior. Aborda o processo histórico de discussão e implantação destas políticas, levando em conta, em termos de avanços, os seguintes aspectos: ampliação do acesso à educação superior e legitimidade das políticas. Por outro lado aponta como desafios as políticas de permanência na educação superior e a ampliação de expectativas de estudantes do ensino médio sobre a continuidade dos seus estudos, principalmente em relação aos estudantes de escolas públicas, menor renda, pretos e pardos.

Palavras-chave: ação afirmativa; educação superior; desigualdades educacionais; desigualdades raciais

An Evaluation of the Ten Years of Affirmative Action Policies in Brazil

Abstract

The article highlights the main accomplishments and challenges to the implementation of affirmative action policies in Brazil, focusing on those related to the access to higher education. It addresses the historical process of discussion and implementation of those policies, taking into account the following advances:

¹ Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: rosana.heringer@gmail.com.

the expansion of access to higher education and the legitimacy of these policies. On the other hand, it addresses the challenges of developing retention policies in higher education and the way to increase the expectations of high school students – especially those from public high schools, low-income, and Black and Brown students – about continuing their studies.

Keywords: affirmative action; higher education; educational inequalities; racial inequalities

Introdução

Aceitei com satisfação o convite dos organizadores desta publicação para fazer um balanço dos 10 anos das políticas de ação afirmativa no Brasil. Trata-se de balanço oportuno e necessário, uma vez que estas políticas têm trajetória recente no país e, desde seu início, foram alvo de muitas controvérsias e polêmicas de vários tipos.

O balanço empreendido aqui vai destacar os aspectos principais dos avanços e desafios colocados pela implantação destas políticas, particularmente no que se refere ao acesso à educação superior no Brasil. Tal demarcação se faz necessária por ter sido justamente neste âmbito que as políticas de ação afirmativa mais avançaram nos últimos anos no Brasil.

As informações e análises aqui apresentadas resultam de vários anos de pesquisa sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil que temos desenvolvido ao longo das duas últimas décadas. Tais pesquisas abordaram tanto os debates iniciais sobre desigualdades raciais no Brasil que embasaram estas políticas (HERINGER, 2001, 2002a; 2002b) quanto aspectos normativos relativos a implantação das mesmas (ver por exemplo HERINGER, 2006 e HERINGER, 2009). Na última década, também nos dedicamos à análise sobre a institucionalidade das políticas de ação afirmativa e aos desafios colocados a partir de sua implantação (HERINGER, 2013a; HERINGER, 2013b).

Trata-se, portanto, de um percurso de pesquisa e análise das políticas que se estende por muitos anos e, a partir do qual, vamos sistematizar neste artigo os principais avanços e desafios das políticas de ação afirmativa no Brasil.

A nossa primeira afirmação é o reconhecimento de que falar das ações afirmativas no Brasil significa falar de uma experiência de sucesso. Significa analisar uma política que foi criada a partir da pressão de setores da sociedade tradicionalmente discriminados e que, uma vez iniciada sua implantação, vem se ampliando e consolidando ano após ano.

Por outro lado, é importante destacar que o processo político que levou à criação destas políticas não foi um caminho sereno e sem conflitos. Ao contrário, trata-se de um caminho cheio de percalços, permeado por disputas entre diferentes atores envolvidos e também por construção de consensos à custa de muita negociação.

Aqueles que estiveram de alguma forma envolvidos no processo preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, África do Sul, realizada em 2001, certamente se lembram dos intensos debates que subsidiaram a construção do documento brasileiro levado à conferência, bem como as dezenas de eventos que aconteceram em todo o país visando ampliar a visibilidade deste debate e também ampliar as adesões de diferentes setores da sociedade brasileira, para além do movimento negro e antirracista e do movimento indígena, à causa das ações afirmativas (SILVA & PEREIRA, 2013).

Outra característica importante deste momento, no início dos anos 2000, foi a ampliação da disponibilidade de dados e indicadores sociais que revelavam a dimensão das desigualdades raciais no Brasil, em muitos aspectos sociais e econômicos. Estudos significativos possibilitaram à sociedade brasileira conhecer melhor o tamanho das desigualdades, ampliando, portanto, a possibilidade de pensar alternativas de políticas visando a re-

dução das mesmas e a ampliação de oportunidades (HENRIQUE, 2001; PAIXÃO ET ALLI, 2012).

Tendo como marco a adoção da política de reserva de vagas para estudantes de escola pública, pretos e pardos adotada pela primeira vez pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e pela UNEB (Universidade Estadual da Bahia), analisaremos a seguir os principais avanços e desafios que identificamos na implantação das políticas de ação afirmativa no Brasil a partir de 2002.

Os avanços

Ampliação do acesso

O primeiro aspecto que consideramos positivo ao fazer o balanço das políticas de ação afirmativa na educação superior na última década refere-se à ampliação do acesso de estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas ao ensino superior. Os números que apresentamos abaixo, a partir da comparação de duas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2001 e 2011 revelam a dimensão desta ampliação (IBGE, 2012).

Tabela 1 - Distribuição percentual dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segundo a cor ou raça - Brasil - 2001/2011

Nível de ensino frequentado	Branco		Pretos e pardos	
	2001	2011	2001	2011
Fundamental regular	11,9	4,5	32,2	11,8
Médio regular	34,3	24,1	43,9	45,2
Superior ¹	39,6	65,7	10,2	35,8
Outros ²	14,1	5,6	13,7	7,2

1. Inclusive mestrado e doutorado.

2. Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2012, IBGE.

Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que houve ampliação expressiva do acesso ao ensino superior por parte de estudantes pretos e pardos ao longo da década. Observamos que houve um salto de 10,2% para 35,8% de frequência, ou seja, mais do que o triplo em 2011 em comparação com 2001. Também observamos que neste mesmo período reduziu-se o percentual de estudantes pretos e pardos de 18 a 24 anos frequentando o ensino fundamental, o que é positivo. Por outro lado, encontramos grande concentração de pretos e pardos nesta faixa etária frequentando o ensino médio regular.

Apesar dos avanços expressivos no acesso de pretos e pardos ao ensino superior, se comparamos este dado com o aumento da frequência de estudantes brancos nesta faixa de ensino observamos que a defasagem entre brancos e pretos/pardos continua grande. A presença de estudantes brancos de 18 a 24 anos no ensino superior saltou de 39,6% em 2001 para 65,7% em 2011 e se mantém, portanto, bastante acima da proporção de estudantes pretos e pardos neste nível de ensino.

Estes indicadores demonstram que o avanço, apesar de expressivo, ainda precisa ser ampliado nos próximos anos. Podemos afirmar que estamos avançando na direção certa, porém em uma velocidade ainda insuficiente para dar conta das grandes defasagens existentes entre os grupos de cor no acesso ao ensino superior.

O avanço expressivo ocorrido ao longo da década deve-se à combinação de um conjunto de políticas implementadas voltadas tanto para a inclusão de setores historicamente excluídos da educação superior quanto de medidas direcionadas à expansão do próprio sistema de educação superior no Brasil. Entre as medidas mais importantes citamos a expansão do número de vagas em instituições federais de ensino, através da criação de novas instituições, novos cursos e também da ampliação dos cursos noturnos. Entre 2003 e 2013, por exemplo, foram criadas no Brasil dezoito novas universidades federais.

Outras medidas de expansão importantes foram a criação do PROUNI – Programa Universidade para Todos em 2004, com a concessão de bolsas custeadas pelo governo federal em instituições privadas de ensino superior e a ampliação do FIES – Fundo de Financiamento Estudantil ao longo dos últimos anos.

As políticas de ações afirmativas adotadas ao longo da década por instituições federais e estaduais de educação superior também contribuíram para esta ampliação do acesso. Após a adoção da reserva de vagas para estudantes de escola pública, pretos e pardos pela UERJ e pela UNEB em 2001/2002, houve um aumento progressivo do número de instituições que adotou reservas de vagas semelhantes ao longo da década seguinte, chegando-se ao número de 115 instituições públicas de educação superior com algum tipo de reserva de vagas em 2012 (JODAS & KAWAGAMI, 2011; JUNIOR, 2008).

O ano de 2012 foi o marco de duas mudanças importantes na institucionalização das políticas de ação afirmativa na educação superior, sobre as quais trataremos com mais detalhe no item a seguir.

Legitimidade das políticas

Outro aspecto que destacamos como avanço no campo das políticas de ação afirmativa foi justamente a maior legitimidade alcançada pelas mesmas ao longo da última década. Em 2010, publicamos um artigo analisando justamente as potencialidades e limites da institucionalidade até então alcançada pelas políticas de ação afirmativa na educação superior (HERINGER, 2010), destacando a preocupação de que a forma como as políticas vinham sendo adotadas nas universidades deixava margem para dúvidas sobre sua continuidade ao longo do tempo, já que as decisões se baseavam principalmente em normas aprovadas pelos conselhos universitários ou órgãos superiores equivalentes nas

universidades e ficariam, portanto, mais sujeitos a mudanças conjunturais de ordem política dentro de cada instituição.

Havia também a preocupação com o desfecho da votação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre duas ações diretas de inconstitucionalidade que tramitavam naquela corte, ambas questionando o princípio da reserva de vagas. Neste sentido, destacamos a importância da votação unanimemente favorável do STF em 2012 à constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, inclusive no seu componente racial. Tal resultado trouxe segurança jurídica às práticas que vinham sendo implementadas por centenas de instituições em todo o país, levando também a uma legitimação do ponto de vista não apenas jurídico, mas também político e ideológico sobre a justiça e relevância das políticas de ação afirmativa. Foi emblemática a enunciação detalhada e contundente dos votos por parte de todos os ministros do STF, traduzindo em seus discursos as ideias e reflexões que vinham sendo afirmadas por muitos anos pelo movimento negros e ativistas antirracistas (SILVERIO, 2012).

Poucos meses após a votação favorável e significativa no STF, foi a vez do Congresso brasileiro dar um passo decisivo com a aprovação da Lei 12.711, que instituiu cotas nas instituições federais de ensino. Tal lei foi resultante de um projeto de lei que tramitou por mais de uma década no Congresso. A lei estipula que até 2016 pelo menos 50% das vagas das instituições federais de educação superior sejam reservadas para estudantes de escola pública. Dentro deste percentual, também são levados em conta a renda familiar e a autotranscrição racial, definindo um percentual de cotas para pretos, pardos e indígenas de acordo com a sua presença em cada unidade da federação, seguindo os dados do IBGE. Levantamento recentemente realizado pelo GEMAA revela que, neste curto espaço de tempo de implantação da lei, já se pode observar um crescimento de 225% no número de vagas reservadas para estudantes pretos, pardos e indígenas (DAFLON et AL., 2014).

Estas mudanças legais e institucionais recentes trazem uma dimensão importante de legitimidade do tema e das políticas de ação afirmativa para o conjunto da sociedade brasileira, levando a redução de resistências em relação a estas políticas seja dentro das instituições de ensino superior ou no âmbito da opinião pública. Embora ocasionalmente ainda vejamos manifestações críticas às políticas de ação afirmativa em jornais de grande circulação, tais declarações não parecem ter um grande peso e repercussão junto à opinião pública.

Estas sinalizações positivas não significam, entretanto, que todos os percalços tenham sido superados. No próximo item vamos dedicar a analisar alguns dos desafios que permanecem para ampla consolidação das políticas de ação afirmativa no Brasil.

Os desafios

A permanência no ensino superior

No tópico anterior apontamos os avanços ocorridos na expansão da presença de estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas na educação superior na última década. Os números são significativos e, embora ainda se tenha muito a avançar, já tem contribuído efetivamente para mudanças significativas no perfil dos estudantes de ensino superior, principalmente nas instituições públicas e nos cursos mais concorridos, que tradicionalmente possuíam uma menor proporção de estudantes de menor renda e não brancos.

O ensino superior no Brasil possui internamente uma distinção importante, que é a divisão entre ensino público – gratuito e em geral de maior qualidade – e ensino privado – pago e em geral de menor qualidade. Dadas as características da expansão do ensino superior no Brasil a partir dos anos 1960, a ampliação de

vagas naquele momento e nas décadas seguintes se deu basicamente através do ensino privado. Como afirma Sampaio (2011):

“O setor privado, mobilizando recursos privados e orientando-se para atender a demanda de mercado, foi mais dinâmico e cresceu mais rapidamente que o público, muitas vezes em detrimento da própria qualidade do serviço oferecido. Entre 1960 e 1980, o número de matrículas no ensino superior passou de 200 mil para 1,4 milhão, em um crescimento de quase 500%. No setor privado o crescimento foi de quase 800%.” (SAMPAIO, 2011).

Tabela 2 - Evolução do número de matrículas (presencial e a distância) por categoria administrava - Brasil -2001-2010

Ano	Matrículas										
	Total	Pública						Privada			
		Total	%	Federal	% Estadual	%	Municipal	%	Privada	%	
2001	3.036.113	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3,0	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14,0	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13,0	514.726	11,3	136.651	3,0	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12,0	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2,0	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2

Fonte: MEC/Inep

Tal crescimento sofreu algumas oscilações, mas se manteve em geral estável ao longo das décadas seguintes, chegando-se em 2007 ao percentual de 74,6% das matrículas no ensino privado, como indica a tabela 2, com dados do Censo da Educação Superior de 2010 (MEC/INEP, 2011).

Observamos também na análise da tabela que a partir de 2008 ocorre pela primeira vez uma queda na proporção de matrículas no ensino superior privado e, proporcionalmente, um aumento da proporção de matrículas no ensino superior público.

O setor público, mais seletivo e com alta competição para ingresso na maioria dos cursos, passou então a receber a partir da década de 2000 uma maior proporção de estudantes de um “novo perfil”: vindos de escola pública, mais velhos, com o que chamamos de “trajetórias escolares não lineares”, isto é, que possivelmente não ingressaram no ensino superior imediatamente após a conclusão do ensino médio e talvez tenham tentado ingressar em diferentes cursos ou instituições antes de conseguirem efetivamente matricular-se numa instituição pública.

A chegada de um maior contingente destes estudantes nas universidades públicas, tanto estaduais quanto federais, tem trazido novos desafios para as mesmas em termos de atendimento às necessidades específicas destes estudantes. Questões como recursos financeiros para manutenção dos mesmos na universidade, auxílios em termos de transporte e alimentação, entre outras demandas, tem sido alvo de preocupação crescente por parte dos gestores das instituições públicas de ensino superior.

O apoio a estas demandas colocadas pelos estudantes de origem popular e de grupos historicamente discriminados seria objeto das políticas de assistência estudantil existentes nas instituições. Inicialmente bastante acanhadas em termos de alcance e volume de recursos, tais políticas vem se expandindo gradativamente ao longo da década, sendo inclusive objeto de um programa federal específico, o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), que tem como objetivos: “I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (BRASIL, 2010).

Com o propósito de concretizar estes objetivos, o PNAES define ações que deverão ser adotadas nas seguintes áreas: moradia;

alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esportes; educação infantil para filhos de estudantes; acesso, participação e aprendizagem de estudantes portadores de deficiência (BRASIL, 2010).

Algumas destas medidas começaram a ser implementadas em 2008, embora o programa PNAES só tenha sido formalmente criado em 2010. Desde o começo, como podemos ver no gráfico abaixo, os recursos destinados ao PNAES têm se ampliado.

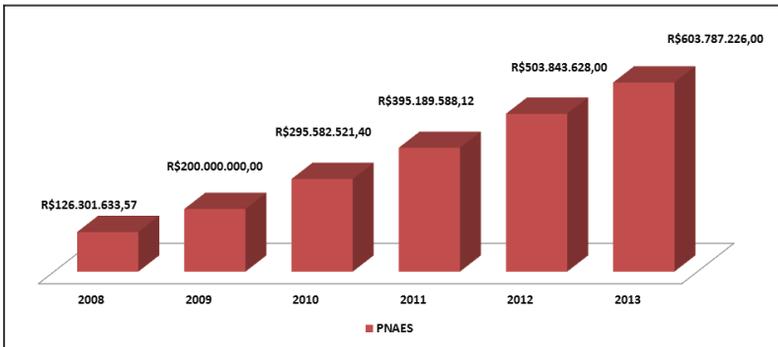


Gráfico 1 - Evolução dos recursos orçamentários para o PNAES

Fonte: MEC, 2012.

Entretanto, existem várias críticas tanto por parte de organizações estudantis quanto por parte de administrações de universidades federais, apontando que os recursos são insuficientes para atender à demanda por estas políticas. Os dados do Censo da Educação Superior de 2010 apontam que apenas 18,3% dos estudantes ingressantes em universidades públicas através de cotas recebiam algum tipo de assistência estudantil. Entre os estudantes em geral, apenas 9% recebiam algum tipo de benefício (PAIXÃO ET ALLI, 2012).

As políticas de permanência devem ser pensadas para todo e qualquer estudante universitário, enquanto as políticas de assistência se destinam àqueles em situação de maior vulnerabilidade, vivenciando situações que possam comprometer sua

permanência, incluídas aí as dificuldades de ordem financeira. Entretanto, na prática e nos diferentes arranjos institucionais para a implantação destas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil são integradas, às vezes, superpostas ou mesmo confundidas.

Destacamos ainda que no âmbito das políticas de permanência também devem ser levadas em conta as dimensões tanto materiais quanto simbólicas envolvidas no ingresso e permanência da educação superior. Relatos individuais de estudantes cotistas ou de origem popular nos remetem à existência de fronteiras simbólicas ainda não superadas relacionadas a como estes estudantes se veem dentro do espaço acadêmico e como percebem que são vistos. Eventualmente existem relatos de preconceitos, situações de discriminação por parte de colegas ou de professores, levando em alguns casos a uma dimensão de não pertencimento àquele ambiente, como se estes estudantes nem sempre se vissem com pleno direito de estar ali no espaço da universidade. Nesta perspectiva, é muito importante que os programas de permanência levem em conta estas questões e busquem também atuar para que se crie um ambiente de plena inclusão e respeito à diversidade dentro das instituições públicas de educação superior.

Ampliação de expectativas de estudantes do ensino médio

Finalmente, identificamos um importante desafio relativo à necessidade de ampliar tanto as condições concretas como também o horizonte de expectativas e possibilidades dos concluintes do ensino médio público, para que considerem a continuidade dos estudos e o ingresso no ensino superior como uma de suas alternativas futuras. Para ilustrar este desafio, apresento a seguir alguns resultados de pesquisa que realizei junto a concluintes do ensino médio na Cidade de Deus, bairro popular da Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 2012. Nesta pesquisa de campo, identifi-

camos uma baixa expectativa e também pouca informação dos estudantes sobre as possibilidades de acesso ao ensino superior (HERINGER, 2013a).

Os estudantes, em sua maioria mulheres e negros, com idade entre 17 e 61 anos, dividem-se basicamente em dois grupos. O primeiro deles predomina em uma das turmas da escola pública, onde encontramos um conjunto de jovens com idade razoavelmente compatível com a série, que na sua maioria moram com os pais. Neste grupo apenas uma parte trabalha.

O segundo grupo compõe a grande maioria dos estudantes pesquisados, formada por trabalhadores que tiveram sua escolaridade interrompida por diferentes circunstâncias de vida – necessidade de trabalhar, casamento, maternidade, envolvimento com drogas, desinteresse – e que, em determinado momento, decidiram retomar os estudos. Um grupo significativo passou pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos) no ensino fundamental e passou a frequentar o ensino médio noturno.

A realidade do trabalho se impõe de maneira significativa para estes estudantes. Cerca de 60% dos estudantes informaram trabalhar. As ocupações predominantes são de baixa qualificação, tais como diaristas, vendedores, serviços pouco qualificados na construção civil, vigilantes, auxiliares administrativos em escritórios, cozinheiros, empregados em serviços de manutenção e limpeza, entre outros.

Do ponto de vista da origem social, tomando como referência a literatura sobre capital cultural, observamos que estes estudantes vêm de famílias em que os pais têm pouca escolaridade, predominando o ensino fundamental (completo ou incompleto). Entre os estudantes que pretendiam ingressar no ensino superior, os pais possuíam escolaridade levemente superior à média do conjunto de estudantes. Observamos aqui que, crescentemente, este será o público potencial do ensino superior, formado

por jovens que são a primeira geração de sua família a ingressar neste nível de ensino, o que traz novas consequências, desafios e responsabilidades para a instituição de ensino superior.

No caso da escola pública pesquisada, nosso estudo demonstrou que a expectativa de ingresso no ensino superior era modesta para a maioria dos estudantes investigados. Esta percepção é semelhante àquela encontrada em outros estudos feitos com jovens de ensino médio sobre temas afins. Destacamos o trabalho de Dayrell *et alli* (2011), realizado em escolas do estado do Pará, bem como a pesquisa de Santos *et alli* (2012) no Recôncavo Baiano.

Em relação ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), a maioria dos estudantes informou conhecer a prova, mas nem todos tinham a informação de que o resultado desta prova determinava as possibilidades de ingresso na maioria das instituições de ensino superior. Ao longo dos grupos focais, alguns perguntaram para que servia o ENEM e se era obrigatório realizá-lo.

Apenas uma pequena minoria dos alunos disse que pretendia se inscrever na seleção para o PROUNI (Programa Universidade para Todos). De fato, o PROUNI revelou-se como um programa bastante desconhecido entre os estudantes pesquisados. Uma proporção significativa informou na ficha que não conhece o programa. Além disso, identificamos através dos grupos focais que provavelmente esta proporção é bem maior, dado que, quando perguntados, a maioria dos participantes não conseguiu explicar em que consistia o programa. Esta situação é preocupante se pensarmos que os estudantes do universo pesquisado seriam um público alvo importante para um programa deste tipo. Por outro lado, quase metade dos estudantes informou que pretende fazer outros cursos de nível técnico e profissionalizante, incluindo cursos de idiomas, visando em alguns casos o aperfeiçoamento no âmbito do trabalho que já exercem.

Os grupos focais mostraram conhecimento limitado sobre as políticas recentes de ampliação do acesso ao ensino superior, tanto do ponto de vista de acesso quanto de permanência. Em geral estes mecanismos não foram citados espontaneamente. Quando estimulados, alguns afirmaram que já “ouviram falar” sobre estas medidas, mas também não têm maiores informações.

O mais preocupante, a nosso ver, do ponto de vista da preparação dos estudantes do ensino médio em relação a esta possibilidade de entrada no ensino superior, foi percebermos que, até o momento, a escola pública de ensino médio não tem sido uma fonte de informações relevante sobre estes programas. A exceção ocorre através de alguns poucos professores que, individualmente, se preocupam em divulgar informações sobre o ENEM e outros mecanismos de seleção. Do ponto de vista das políticas de permanência no ensino superior esta informação é praticamente inexistente no universo de conhecimento dos estudantes pesquisados.

Diante deste quadro, é importante analisarmos as consequências destes resultados encontrados para o desenvolvimento das políticas de acesso e permanência no ensino superior. Por um lado, é importante que a universidade esteja mais preparada para recebê-los. Por outro, este quadro aponta também para a necessidade de que as instituições de ensino superior se movimentem na direção de maior divulgação de seus cursos, modelos de acesso e políticas de permanência entre os estudantes de ensino médio, principalmente em escolas públicas.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste breve artigo apontam para um cenário de muitos avanços no que diz respeito à ampliação do acesso ao ensino superior por parte de estudantes de escola pública, negros e indígenas ao longo da última década. Os es-

tudos sobre o tema revelam que as políticas de ação afirmativa foram um importante fator para esta ampliação, justamente com outras medidas voltadas para a expansão de vagas na educação superior.

Entretanto, permanecem como motivo de preocupação as dificuldades em relação à permanência destes estudantes no ensino superior, bem como a baixa expectativa ainda presente entre muito estudantes de escolas públicas, pretos e pardos, sobre suas reais chances de chegar ao ensino superior e a possibilidade de considerar este caminho como uma alternativa viável para o futuro.

Diante destas preocupações, é muito importante que as políticas de ação afirmativa continuem se consolidando e expandindo no Brasil. Também é de suma importância que tais políticas sejam permanentemente monitoradas e avaliadas, compondo assim um quadro mais completo sobre seus efeitos, limites e possibilidades.

Para além do campo específico do ingresso nos cursos de graduação, observamos que, pelo menos, duas novas fronteiras se abrem como desdobramento desta ampliação de acesso dos estudantes de menor renda, pretos, pardos e indígenas ao ensino superior.

A primeira fronteira diz respeito ao acesso à pós-graduação. Em algumas instituições de ensino superior já tem se iniciado o debate sobre a necessidade e pertinência de abertura de mais oportunidades para estudantes negros e indígenas a este nível de ensino. Tal ampliação é necessária inclusive para que se amplie a presença de professores universitários negros e indígenas, contingente ainda praticamente ausente no conjunto das universidades brasileiras. Cabe destacar que alguns programas de pós-graduação já têm se organizado para adotar a reserva de vagas nos processos seletivos, porém estas ainda são iniciativas isoladas e de responsabilidade

de cada programa, sem nenhuma orientação ou incentivo por parte dos órgãos de acompanhamento e supervisão da pós-graduação no Brasil.

A outra fronteira diz respeito ao mercado de trabalho. A maior presença de estudantes negros e indígenas na educação superior leva, conseqüentemente, a um maior número de concluintes negros e indígenas, nas mais variadas áreas de formação profissional. Estes concluintes terão espaço no mercado de trabalho para atuar em suas áreas de formação? Sabemos que o mercado de trabalho possui diferentes mecanismos de discriminação que operam muitas vezes de maneira sutil e são difíceis de apontar e coibir. Observamos, portanto, que é muito importante que ações afirmativas voltadas para a inserção dos profissionais pretos, pardos e indígenas no mercado de trabalho, notadamente nas áreas que exigem ensino superior.

Neste sentido, é significativa a recente aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei que institui cota de 20% de vagas em concursos público federais para candidatos negros. Tal projeto encontrava-se, em abril de 2014, em análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Outras iniciativas de reserva de vagas em concursos públicos já existem em alguns municípios e em alguns estados da federação. Embora de extrema importância, inclusive do ponto de vista simbólico, acreditamos que é necessária também a adoção de medidas que estimulem o setor privado, principalmente as empresas que tem contratos com o governo, a adotar políticas de ação afirmativa e promoção da diversidade entre seus quadros.

Diante destes novos desafios, é muito importante que a sociedade brasileira continue debatendo as políticas de ação afirmativa, e que os resultados das medidas que vêm sendo implementadas possam ser conhecidos e compreendidos pelo conjunto da população e, principalmente por aqueles que potencialmente poderão ser beneficiados por tais medidas.

Bibliografia

- BRASIL, 2010. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
- DAFLON, Veronica; JUNIOR, João Feres; CAMPOS, MORATELLI, Gabriela, 2014. Levantamento das políticas de ação afirmativa 2014: evolução temporal e impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais. Rio de Janeiro: GEMAA/IESP.
- DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana B. dos, 2011. **Juventude, Projetos de Vida e Ensino Médio**. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011, Recife.
- HENRIQUES, Ricardo, 2001. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão 807.
- HERINGER, R. R. . **Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos (UCAM. Impresso), Rio de Janeiro, v. 23, n.2, p. 291-334, 2001.
- HERINGER, R. R. . **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002a.
- HERINGER, R. R. . **Ação afirmativa: estratégias pós-Durban**. In: Átila Roque; Sônia Correa; Fernanda Carvalho. (Org.). Observatório da Cidadania - Relatório 2002. 1ed.Rio de Janeiro: IBASE, 2002b, v. 6, p. 55-61.
- HERINGER, R. R. . **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil**: um balanço do período 2001-2004. In: João Feres Júnior; Jonas Zoninsein. (Org.). **Ação afirmativa e universidade**: experiências nacionais comparadas. 1ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, v , p. 79-109.
- HERINGER, R. R. ; Ferreira, R. **Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008**. In: Rosana Heringer; Marilene de Paula. (Org.). Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: ActionAid e HBS, 2009, v. 1, p. 1-292.
- HERINGER, R. R. . **Ação afirmativa à Brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008)**. In: Angela Randolpho Paiva. (Org.). Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. 1ed.Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010, v. 1, p. 117-141.
- HERINGER, R. R., 2013. **Expectativas de acesso ao ensino superior**: um estudo de caso na Cidade de Deus, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Edição do Autor (e-book).

HERINGER, R. R., 2013. **O Próximo passo: as políticas de permanência na universidade pública**. In: PAIVA, A. R. (org.) - Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, p. 74-99.

HERINGER, Rosana & HONORATO, Gabriela, 2014. **Políticas de Permanência e assistência no ensino superior público: o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**. In: BARBOSA, M. Ligia (org.) - Ensino Superior: expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7Letras, pags. 315-350.

IBGE, 20132. **Síntese de Indicadores Sociais 2012**. Rio de Janeiro: IBGE.

JODAS, Juliana e KAWAGAMI, Erika, 2011. **Políticas de acesso ao ensino superior: os desdobramentos na configuração dos programas de ação afirmativa no Brasil**. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: UFBA.

JUNIOR, João Feres, 2008. Ação afirmativa: política pública e opinião. **Revista Sinais Sociais**, nº8, set.-dez., p.38-77.

MEC/INEP, 2011. Censo da educação superior 2010. Disponível em file:///C:/Users/usuario/Downloads/texto_divulgacao_censo_2010_novo%20(1).pdf Acesso em 30/04/3014.

PAIXÃO, M., ROSSETTO, I., MONÇORES, E. & SANTANNA, D., 2012. **Ações afirmativas no ensino superior público e políticas de apoio estudantil**. In: Cadernos do GEA . - n.2 (jul./dez. 2012). - Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012, pgs. 9-10.

SAMPAIO, Helena, 2011. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. In: Revista Educação Superior Unicamp. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes> Acesso em 30/04/2014.

SANTOS, Georgina; MACHADO, Cristiane de O. X.; BRITO, Larisse Miranda de; 2012. **Itinerários de Jovens Universitários no Recôncavo da Bahia**. II Colóquio Internacional do Observatório da Vida Estudantil: Universidade, responsabilidade social e juventude. 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2012. UFRB.

SILVA, Joselina da & PEREIRA, Amauri M., 2013. **Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Belo Horizonte: Editora Nandyala.

SILVERIO, Valter R. (org.), 2012. **As cotas para negros no tribunal: a audiência pública do STF**. São Carlos: EDUFSCAR/ Fundação Ford.

Recebido em 20/10/2014

Aprovado em 03/11/2014

